

A crise pandémica do COVID-19: 10 lições aprendidas¹

PAULO VALENTE GOMES

*Superintendente-chefe da Polícia de Segurança Pública
ICPOL – Centro de Investigação do Instituto Superior
de Ciências Policiais e Segurança Interna; Lisboa*

 <https://orcid.org/0000-0002-7194-344X>

DOI: <https://doi.org/10.57776/vzfr-sy51>

Resumo: As ameaças, riscos e desafios gerados ou agravados pela atual crise pandémica do coronavírus e a forma como temos vindo a geri-la permitem-nos retirar várias lições para melhor enfrentarmos futuras crises, sanitárias ou outras, seja a nível nacional, regional ou global. Uma crise deve ser encarada como uma oportunidade de mudança e de melhoria da eficiência e eficácia dos nossos mecanismos de gestão e resposta. Com a apresentação, neste artigo, das dez lições aprendidas com a atual crise e das soluções postas em prática nos últimos dois anos, pretendemos tão-só contribuir para esse objetivo de melhorar a nossa preparação e resiliência para enfrentar futuras crises semelhantes. As lições que elencamos visam abarcar de forma integrada o mais vasto espetro e as relações de causa-efeito entre as questões sanitárias, geopolíticas, económico-financeiras, sociais e securitárias inerentes a uma crise de amplitude planetária.

Palavras-chave: Criminalidade; crise sanitária; ecologia; globalização; urbanização.

Abstract: The threats, risks and challenges generated or aggravated by the current coronavirus crisis and the way we have been managing it allow us to draw several lessons to better address future crises, sanitary or others, whether at national, regional or global level. A crisis should

Paulo Valente Gomes

ICPOL – ISCPSI – paulo.vgomes@gmail.com

Submetido em: 02/02/2022. Aceite em: 13/05/2022

be seen as an opportunity for change and to improve the efficiency and effectiveness of our management and response mechanisms. With the presentation in this article of the ten lessons learned from the current crisis and the solutions put in place in the last two years, we intend to contribute solely to this goal of improving our preparedness and resilience to face future similar crises. The lessons we have listed aim to include in an integrated way the broadest spectrum and the cause-and-effect relationships between the health, geopolitical, economic-financial, social and security issues inherent in a crisis of planetary magnitude.

Keywords: Crime; sanitary crisis; ecology; globalisation; urbanisation.

Resumen: Las amenazas, riesgos y retos generados o agravados por la actual crisis del coronavirus y la forma en que la hemos venido gestionando nos permiten extraer varias lecciones para abordar mejor las crisis futuras, sanitarias u otras, ya sea a nivel nacional, regional o global. Una crisis debe verse como una oportunidad para el cambio y para mejorar la eficiencia y la eficacia de nuestros mecanismos de gestión y respuesta. Con la presentación en este artículo de las diez lecciones aprendidas de la crisis actual y las soluciones puestas en marcha en los últimos dos años, pretendemos contribuir únicamente a este objetivo de mejorar nuestra preparación y resiliencia para hacer frente a futuras crisis similares. Las lecciones que hemos enumerado tienen como objetivo abordar de forma integrada el espectro más amplio y las relaciones de causa y efecto entre los problemas de salud, geopolíticos, económicos, financieros, sociales y de seguridad inherentes a una crisis de magnitud planetaria.

Palabras-clave: Delincuencia; crisis sanitaria; ecología; globalización; urbanización.

1. Um contexto potenciador das crises sanitárias

No quadro da pandemia que nos assola desde finais de 2019, e que teve como efeito de dominó a eclosão das crises económico-financeira e social, com um impacto tão ou mais importante que a crise sanitária, propomo-nos neste artigo elencar dez lições que podemos retirar desta pandemia para melhor enfrentarmos os desafios da segurança (nacional e internacional) e futuras crises de semelhante natureza e dimensão.

O séc. XX, ficou marcado, para além das duas Guerras Mundiais, por três pandemias de gripe²: a **gripe espanhola** de 1918³, a gripe asiática de 1957 e a gripe de Hong Kong de 1968⁴.

No séc. XXI, em apenas duas décadas, já sofremos dois surtos pandémicos e vários surtos epidémicos⁵. Só a atual pandemia já ceifou a vida a mais de 5,5 milhões de pessoas, num total de mais de 315 milhões de casos confirmados de infetados, não obstante já terem disso administradas mais de 9 mil milhões de vacinas a nível mundial.⁶

É consensual, pelo menos na comunidade científica, que há dois fatores principais que explicam este aumento das crises sanitárias ao longo das últimas décadas e com tendência crescente: o atual modelo demográfico e o modo de vida dos seres humanos potenciado pela globalização.

Comecemos pelos desafios demográficos. O nosso planeta sofre, desde há várias décadas, um processo acelerado e exponencial de sobrepopulação. Já ultrapassámos os sete mil e oitocentos milhões e, não obstante uma regressão da taxa de fecundidade (atualmente cifra-se em 1,05%, metade do que era há apenas quatro décadas), a população mundial vai continuar a crescer graças a um saldo natural⁷ claramente positivo. Segundo as mais recentes estimativas das Nações Unidas⁸, iremos ultrapassar os oito mil milhões já em 2023, os nove mil milhões em 2037 e alcançaremos a barra simbólica dos dez mil milhões em 2057.

Além da sobrepopulação, assistimos a uma progressiva concentração espacial da população mundial. Nas últimas décadas, têm vindo a intensificar-se as tendências de urbanização, metropolização e litoralização. Mais de metade da população mundial vive atualmente em cidades e 40% vive a menos de 100 Km da orla costeira. Em Portugal, mais de 3/4 da população vive junto ao litoral.

Por outro lado, há cada vez mais cidades com mais de 8 milhões de habitantes (megalópoles) e metrópoles. Este processo está a evoluir de uma forma galopante, mesmo malthusiana. Há 30 anos tínhamos 4 ou 5 cidades com 5 milhões de habitantes; neste momento já temos 17 cidades com mais de 20 milhões de habitantes⁹. É uma evolução perfeitamente exponencial, é uma fuga cada vez mais importante do campo para a cidade, por razões que facilmente adivinhamos. Cerca de 3,2 biliões de pessoas vivem em cidades hoje em dia, no nosso planeta, e das quais – o que é preocupante do ponto de vista da segurança – 1,1 biliões vivem em situações de pobreza ou de pobreza extrema. São sobretudo as populações da periferias das grandes metrópoles, com todas as implicações em termos de segurança de desenvolvimento humano.

Neste processo de transição acelerada do tradicional modelo rural para um modelo urbano, as populações vivem mais concentradas, sendo que esta

maior interação, mobilidade e proximidade propiciam a transmissão e rápida propagação dos vírus respiratórios entre humanos.

Acresce que este inexorável processo de urbanização e “betonização”, a crescente poluição e o consumo desenfreado dos recursos do planeta, têm reduzido dramaticamente a biodiversidade e os habitats naturais. Tal resulta numa maior proximidade e exposição dos humanos aos nichos ecológicos das espécies animais selvagens e, por conseguinte, num mais fácil desenvolvimento e transmissão de vírus para os seres humanos.

Na verdade, todos estes vírus pandémicos têm origem em animais, como por exemplo, aves selvagens e morcegos. Deste modo, as alterações ocasionais que possam verificar-se no material genético (mutações) destas espécies permitem-lhes adquirir a capacidade de se adaptarem às células dos humanos e de se transmitirem entre pessoas¹⁰.

Além disso, a globalização económica e a consequente democratização do transporte aéreo potenciaram a rápida mobilidade dos seres humanos por todo o planeta, assim como dos vírus que eles transportam. O exemplo mais recente, e não será o último, foi o coronavírus denominado COVID-19, que terá surgido na China em Novembro de 2019 e que no início de Março de 2020 já tinha ganho proporções de uma pandemia.

A propósito deste risco de uma pandemia, já identificado há vários anos pelos especialistas, recuperamos aqui um excerto das nossas aulas sobre Estudos de Segurança dadas em 2014 no curso de Sciences Po, em Poitiers (França)¹¹:

«Também a questão da mobilidade, da circulação de pessoas e de mercadorias potenciou um aspeto negativo que é a cada vez maior facilidade de proliferação de bactérias, de micróbios, de vírus, que obrigam a que se antecipe, o mais possível, a possibilidade de, por força desta cada vez maior mobilidade através do planeta, ocorrer uma catástrofe para a Humanidade.

Aliás, Hollywood vai sempre à frente, e já há filmes sobre esta temática, que antecipam um cenário em que um simples vírus ou uma simples bactéria podem pôr fim a toda a existência humana neste planeta. É uma situação limite, que esperemos que nunca aconteça... Mas há, de facto, mais uma vez numa perspectiva de gestão das consequências, que ter uma atitude de antecipação e preparação para estas situações limite, pensando em antídotos que previnam ou mitiguem os danos que estas situações podem causar.”

O contexto de urbanização e globalização potencia a rápida propagação destes vírus pandémicos, mas não podemos esquecer que eles surgem em resultado de hábitos de consumo pouco ortodoxos e que não respeitam as regras de saúde pública, assim como de opções políticas inadequadas na fase inicial da identificação do vírus, em que é imperativo assumir politicamente a sua existência e delimitar o primeiro surto.

Ou corrigimos esta realidade ou o futuro poderá trazer-nos mais crises sanitárias de dimensão planetária. Até porque a importância dos surtos virais que nos afetaram nestes primeiros anos do século não nos deve fazer esquecer outros vírus conhecidos que apresentam igualmente um potencial pandémico. É o caso dos vírus *influenza* H5N1 e H7N9, responsáveis por surtos da chamada “gripe das aves”, que voltaram a eclodir recentemente, associados a uma agressividade maior do que a do SARS¹²-CoV-2 (COVID-19).

Sendo certo que, infelizmente, pouco aprendemos e poucas consequências retirámos das crises sanitárias deste século – lembramos que já ocorreram cinco crises sanitárias que podiam ter dado lugar a pandemias SARS -, a particular gravidade desta pandemia convocou-nos para a urgência de **traduzir em ações concretas** as lições que estamos a aprender, antes que seja tarde de mais.

Se quisermos sintetizar de forma simplista o modo como foi e está a gerida esta crise, no plano nacional e internacional, em matéria de segurança em geral, diremos que houve coisas que correram bem, outras que podiam ter corrido melhor e outras ainda que poderão correr muito mal numa segunda vaga desta ou numa futura pandemia, se não melhorarmos no curto prazo a nossa resiliência.

Devemos sempre encarar uma crise não só como um momento de perigo mas também como uma **oportunidade para melhorar políticas e práticas**, nomeadamente numa área tão sensível como a segurança, nas suas diversas vertentes. Impõe-se que todos, nos vários setores da vida política, económica, social e cultural, façamos este exercício de balanço da crise, e, sobretudo, que melhoremos as capacidades das nossas instituições e dos nossos países, à luz das lições aprendidas, para que possamos estar melhor preparados para enfrentar futuras crises desta natureza e dimensão.

Falando do futuro, lembraremos apenas que, nos cenários enunciados para a próxima década¹³, o mundo deverá estar cada vez resiliente para gerir as seguintes grandes ameaças e desafios:

- 1) Globalização,
- 2) Evolução tecnológica,
- 3) Alterações climáticas, ambiente e recursos energéticos,
- 4) Demografia, migrações e urbanização,
- 5) Pandemias,
- 6) Crescente interdependência e conectividade (física e virtual),
- 7) Cibercriminalidade e desinformação e
- 8) Terrorismo, incluindo o bioterrorismo.

Neste artigo, faremos um resumo das muitas lições que todos nós aprendemos e continuamos a aprender diariamente com esta crise, do nível local ao planetário, encarando a crise como uma oportunidade de melhoria e de desenvolvimento sustentável, e que elencaremos em dez pontos:

- 1) No plano filosófico, reavivámos a consciência da **extrema vulnerabilidade do Homem**, assim como dos Estados e das organizações internacionais, face a um simples vírus.

Depois de várias epidemias e pandemias que afetaram a Humanidade nas últimas décadas, a atual pandemia é uma oportunidade única, que não devemos desperdiçar, para repensarmos os meios de prevenção e resposta mais eficazes a uma crise sanitária de amplitude planetária.

Mas a atual crise sanitária é sobretudo também uma oportunidade para repensar uma relação harmoniosa do Homem com a Natureza, da qual faz parte integrante, encontrando formas sustentáveis de gerir os recursos do planeta e de conter o processo de alterações climáticas, designadamente repensando a demografia e o mito do crescimento económico infinito, que geram desafios cada vez mais importantes para a segurança e, em última análise, comprometem a sobrevivência da espécie humana neste planeta que é único e inimitável.

O surgimento de mais este vírus pandémico veio lembrar-nos, uma vez mais, que todos dependemos de todos e que os restantes seres vivos são igualmente importantes para mantermos um equilíbrio ecológico que é cada vez mais vulnerável. E o Homem, apesar de ser o dotado de uma inteligência superior relativamente aos outros animais, tem sido o principal responsável pelos desequilíbrios nos ecossistemas, contribuindo, de forma paradoxal, para acelerar o processo de extinção da sua própria espécie.

2) Reforçar a soberania dos Estados e a independência nacional

Esta foi outra vulnerabilidade que veio ao de cima com a atual pandemia. Reconhecemo-lo em teoria mas temos dificuldades em pôr em prática a ideia de que o reforço da soberania e da independência nacionais implica a existência e/ou o reforço das **reservas estratégicas** de bens essenciais, o controlo e a gestão eficaz das infraestruturas críticas (saúde, segurança, alimentação, água, energia, transportes) e o desenvolvimento de centros e redes de **investigação e desenvolvimento**, nomeadamente nas áreas da saúde e das tecnologias, em particular as oito tecnologias reconhecidas como essenciais (*blockchain*¹⁴, drones, impressão 3D, inteligência artificial, Internet das coisas¹⁵, realidade aumentada, realidade virtual e robótica)¹⁶.

Com esta crise pandémica, cedo aprendemos que nenhum país pode ficar tão dependente da China e de outras potências mundiais no contexto do comércio mundial. Sobretudo no início da pandemia, foram evidentes as vulnerabilidades de grandes potências, como os Estados Unidos, o Reino Unido, a França ou a Itália – para não mencionar a União Europeia – na gestão das reservas estratégicas e na preparação e resposta coordenada e atempada a esta crise.

De modo a reforçar a sua independência e soberania, algumas potências tomaram consciência da necessidade urgente de investirem em planos de investimento na ciência e inovação, bem como na **relocalização** de indústrias estratégicas, como a indústria farmacêutica ou de produção de material e equipamento hospitalar, que, não tendo valor económico relevante, são essenciais para a independência e soberania nacionais.

Uma vertente cada vez mais relevante, e que apenas nos últimos tempos tem vindo a ser enfatizada como uma vertente de segurança importantíssima, é a necessidade de mitigar a dependência do exterior, garantindo o domínio possível das matérias-primas e das redes ou infraestruturas críticas. Damos apenas como exemplo o acordo celebrado entre a Alemanha e a Federação da Rússia para o fornecimento de gás natural russo à Alemanha e ao mercado interno europeu, através de dois gasodutos – o sistema Nord Stream 1, que funciona desde 2011 e o sistema Nord Stream 2, que está concluído e em breve deverá entrar em funcionamento¹⁷.

Uma das consequências da pandemia foi o aumento do preço da energia, das matérias-primas e dos custos logísticos. Num contexto de crise energética e de discussão sobre a transição energética – a alternativa da energia nuclear e das energias renováveis face aos combustíveis fósseis, visando cumprir as metas do Acordo de Paris sobre as alterações climáticas¹⁸ –, a

entrada em funcionamento do segundo gasoduto Nord Stream duplicará o fornecimento de gás natural russo para o mercado interno europeu.

Se a Europa já recebe da Rússia um terço do seu suprimento de gás, a duplicação desse fornecimento aumentará exponencialmente a dependência da União Europeia em relação à Rússia e enfraquecerá as nações aliadas no Leste da Europa, num contexto de tensão resultante da nova ameaça russa à integridade territorial da Ucrânia.

Existe uma crescente interdependência dos Estados, não só ao nível da energia, como dos recursos naturais, das redes de transportes – rodoviários ferroviários, aéreos, marítimos – e também das autoestradas da informação, que tem como consequência uma vulnerabilidade acrescida. Esta dependência de recursos e de redes é cada vez mais usada como arma geopolítica e por isso é tão importante reforçar as reservas estratégicas e a independência na produção de bens essenciais.

Um outro exemplo deveras interessante, que se manifestou em particular na atual pandemia, foi a utilização das novas vacinas contra o coronavírus como arma diplomática e geopolítica, no que ficou conhecido como “a diplomacia da vacina”. A China, os Estados Unidos e a União Europeia competiram fortemente para serem os primeiros a produzir e distribuir uma vacina fiável e eficaz a nível mundial, utilizando este recurso essencial como forma de aumentarem o seu prestígio e influência na arena internacional.

Outros países com créditos firmados na área da ciência – como a França, o país natal de Pasteur -, perderam claramente esta corrida à vacina e ficaram numa posição de vulnerabilidade relativa, o que teve pelo menos o efeito positivo de levar as autoridades gaulesas a considerarem aumentar o nível de financiamento público afeto à investigação e desenvolvimento.

3) Encontrar formas de mitigar o mais possível o impacto devastador que a crise pandémica já teve e continuará a ter nos planos económico e social nos próximos anos ou décadas.

A questão que se coloca desde o início desta crise é: de que forma podemos atenuar o enorme impacto negativo da pandemia sobre a atividade económica e a sociedade? A solução passa por um plano de relance da economia, da ecologia e da coesão social, desde logo ao nível nacional e europeu.

A atual crise deve constituir uma oportunidade para apostarmos em **setores produtivos estratégicos**, designadamente o ecológico, tecnológico, digital, energético, industrial, agrícola e da solidariedade social, que funcionam simultaneamente como fatores de reforço da independência nacional e

de relançamento da economia, do emprego e da coesão, sendo estes últimos garantes da **paz e da segurança**. Economia e segurança são perfeitamente interdependentes.

Importa, ainda assim, ressaltar que os chamados “planos Marshall” para a Europa – o famoso Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)¹⁹ – e outros países e regiões do mundo, que vão sendo progressivamente adotados, não deverão apenas servir para relançar a atividade económica.

O atual contexto deverá ser uma oportunidade para investir fortemente em setores que se revelaram particularmente cruciais numa situação de crise planetária: a saúde, a segurança, a cadeia de produção e distribuição do agro-alimentar e, não menos importante, a educação. O aumento do investimento público nestas áreas essenciais, nos próximos anos, também terá um importante efeito multiplicador no relançamento de vários setores da economia.

Investir nesses setores estratégicos não deve apenas traduzir-se na melhoria das capacidades materiais das organizações mas também, e acima de tudo, no reforço, capacitação e dignificação dos recursos humanos desses setores, que apenas são devidamente reconhecidos e aplaudidos em situações de crise extrema, em que se tornam vitais.

4) Atualizar o nosso modelo de governança da segurança, revendo o conceito estratégico de defesa nacional e implementando um conceito de segurança nacional²⁰.

Um conceito de segurança nacional deve necessariamente integrar as vertentes militar e civil, compreendendo um quadro normativo e uma estrutura que assegurem, ao mais alto nível, a coordenação nacional das entidades públicas e privadas relevantes; redefinir os vários estados de exceção (estado de alerta, estado de calamidade, estado de emergência, estado de sítio...); e clarificar as atribuições e mecanismos de cooperação, nomeadamente entre as Forças Armadas e as Forças de Segurança.

Quanto melhores os dispositivos e processos de coordenação e cooperação do nosso modelo de governança da segurança, mais eficazmente poderemos usar estes recursos para o esforço de resolução da crise sanitária e para prevenir e responder a vários tipos de ameaças e riscos à segurança nacional, desde movimentos de protesto violento, às formas de criminalidade que sempre se aproveitam deste tipo de crise – como a cibercriminalidade –, até às ameaças externas à segurança.

5) Reforçar o papel dos poderes locais e das redes locais, aumentando a proximidade

Este reforço da vertente local passa por uma maior desconcentração e descentralização das funções do Estado, mas também por um acrescido apoio às capacidades da sociedade civil na resposta a uma crise.

Foi evidente, em todo o mundo, a solidariedade e a criatividade das comunidades locais na resposta a esta crise, que são o último elo da cadeia, e que são decisivas quando são insuficientes ou tardias as respostas regionais ou nacionais. A **proatividade e a energia dos atores locais**, públicos e privados, foi em muitos casos vital para as famílias e para a economia local. Um reforço dos poderes locais permitirá, juntamente com uma estratégia e uma coordenação nacional e regional, uma melhor preparação e resposta a futuras crises.

Um desafio permanente é encontrar soluções locais para os problemas locais, com os recursos e os meios locais, poupando energias. Essa é a melhor forma de resolver problemas que são locais, que têm uma idiossincrasia muito própria. Tal implica que os representantes dos poderes públicos, designadamente as forças de segurança e os serviços de saúde e proteção civil, estejam no terreno em ligação permanente com as populações locais, para melhor conhecerem os problemas e os recursos existentes a nível local, uma informação a que a imprensa ou a Internet não se conseguem substituir. É preciso estar em permanência no terreno, para ver, sentir, antecipar e resolver os problemas.

A questão da proximidade é fundamental e deve ser reequilibrada com a globalização e a transnacionalidade, nomeadamente para garantirmos uma economia e uma ecologia sustentáveis.

6) Consolidar a interdependência e a interconectividade, nomeadamente a digital, promovendo a autonomia, a segurança, a resiliência e a redundância das nossas redes de informação e de comunicações.

Devemos encarar, no plano nacional, a **investigação e o desenvolvimento, a inovação tecnológica, o digital e a inteligência artificial** como ativos estratégicos incontornáveis, reforçando a autonomia das nações face à China, aos EUA e à Rússia, e melhorando a segurança das nossas redes e sistemas de informação e conhecimento. O trabalho, a educação e o comércio estarão cada vez mais dependentes do digital, e por isso, há que apostar no reforço da capacidade dos sistemas e redes digitais e melhorar a sua segurança e resiliência.

É inevitável que continuaremos a viver num mundo em rede e cada vez mais interdependente, mas é necessário aproveitar as suas potencialidades e mitigar as vulnerabilidades, ameaças e riscos que potencia, nomeadamente em matéria de segurança e de informação.

As tecnologias de informação constituem um dos grandes desafios deste milénio, pela positiva e pela negativa. A informação, gerida de forma adequada e atempada, é cada vez mais crucial para a tomada de boas decisões. O fenómeno das *fake news* e da utilização da inteligência artificial para fins ilícitos são os exemplos mais flagrantes dos riscos que a manipulação da informação e do conhecimento através da Internet e das redes sociais representam para a sobrevivência das nossas democracias.

Esta é, e continuará a ser, uma arma geopolítica potente e sabiamente usada para enfraquecer as democracias ocidentais. Daí que seja urgente enquadrar e regulamentar o uso das tecnologias da informação, assegurando o necessário equilíbrio com os direitos e liberdades fundamentais, visando prevenir e neutralizar a informação fraudulenta e tóxica, que manipula a tomada de decisão dos cidadãos e das instituições.

Através do uso de algumas tecnologias num contexto de *big data*, como o *data-mining* e outro tipo de aplicações informáticas, podemos separar aquela informação que é fundamental para nós e usá-la em tempo útil, melhorando a qualidade das nossas decisões.

Evidentemente, a gestão adequada e atempada da informação e da comunicação revelam-se particularmente críticas num contexto de crise, nomeadamente a atual crise sanitária, caracterizada por uma grande imprevisibilidade e inconstância. Este ponto é desenvolvido especificamente no ponto seguinte.

7) Reforçar a capacidade e a fiabilidade dos sistemas e das redes de informação e de comunicação, nomeadamente as redes sociais, de modo a prevenir a desinformação e gerir o medo das populações, prestando informação correta e atempada.

Neste capítulo, importa aumentar o recurso à **inteligência artificial** como meio de verificação das fontes de informação, mormente quando se trata de informação pública sobre a saúde e a segurança.

A atual pandemia foi acompanhada de uma “**infodemia**” – um excesso de informação que torna difícil distinguir entre a informação precisa e a falta de informação ou a desinformação. Tal como as pandemias, uma infodemia propaga-se pelos humanos através dos sistemas de informação.

Esta infodemia é particularmente criticável quando usada pelos aparelhos estatais, com motivações político-ideológicas populistas, em detrimento da informação científica dos especialistas da saúde pública. O recurso à inteligência artificial permite uma melhor compreensão do que se diz e escreve nos media e nas redes sociais, contribuindo assim para uma resposta mais eficaz dos decisores políticos, em particular nas áreas da saúde e da segurança.

Outros domínios em que a inteligência artificial se revela particularmente útil são o da análise da configuração molecular dos medicamentos existentes no mercado, visando identificar aquelas que podem ser eficazes no combate ao vírus COVID-19, ou a análise da informação sobre a pandemia de modo a criar modelos preditivos da sua evolução espaço-temporal.

Por isso, o investimento no desenvolvimento de aplicações de inteligência artificial deve ser prioritário, assegurando a independência tecnológica dos nossos países face à China e aos Estados Unidos.

8) Assegurar uma monitorização e rastreio sanitário adequado das populações – vigilância de massas -, através de aplicações informáticas móveis, visando vigiar e controlar a pandemia, na medida do possível através de soluções tecnológicas nacionais mas que sejam interoperáveis a nível europeu e mundial, procurando garantir ao mesmo tempo um justo e sempre difícil equilíbrio entre o interesse público / valores da saúde e segurança públicas e o interesse privado / valores da liberdade e privacidade.

Este é um domínio onde se revela importante fazer uma pedagogia sobre o aparente conflito entre o interesse da saúde pública e o direito de cada cidadão a tomar decisões sobre a sua saúde, à semelhança do que já sucede, há vários anos, no debate sobre o direito vs. obrigação de vacinarmos os nossos filhos menores.

Este debate agudizou-se com a necessidade de ultrapassar a atual pandemia através da vacinação da esmagadora maioria da população, visando o objetivo da imunidade coletiva e a transição para uma situação de endemia, como a gripe. Em alguns países, uma parte significativa da população mantém o ceticismo relativamente à eficácia das vacinas disponíveis no mercado, o que tem dificultado a imunidade de grupo e facilitado a ocorrência de novas variantes e novos surtos. Em França, por exemplo, no momento em que escrevemos este artigo, cerca de 5 milhões de pessoas – ou seja, 7,6% da população -, ainda não foram vacinadas, estando mais vulneráveis

perante as novas variantes do vírus, como o Ómicron, e colocando maior pressão sobre o sistema de saúde, com prejuízo para os restantes utentes.

Uma minoria de países, invocando o primado do interesse público face a uma minoria que persiste na negação ou no ceticismo, impuseram a obrigação legal de vacinação. Outros países, para contornarem a polémica medida de impor a obrigação legal de vacinação, optaram por implementar medidas administrativas, como o passe sanitário, que condicionam as liberdades de quem não está vacinado ou ainda não contraiu o vírus, sempre em nome dos interesses da maioria e da saúde pública.

- 9) Consolidar o processo de transição para uma nova ordem mundial multipolar**, promovendo o reequilíbrio entre o local e o global, o unilateralismo (ou bilateralismo) e o multilateralismo, sendo urgente reforçar e credibilizar o papel das Nações Unidas enquanto organização capaz de gerir as crises e os conflitos planetários.

A resposta à atual pandemia deve ser a ocasião para um reforço e consolidação do multilateralismo, que permitiu a construção, ao longo das últimas décadas, de uma ordem mundial de paz e prosperidade. A Europa, bem como as potências emergentes, têm aqui uma oportunidade única de poder desempenhar um papel relevante enquanto potências de equilíbrio. Esta crise expôs as graves vulnerabilidades de que padece a ONU, em particular a OMS, e algumas grandes potências mundiais na gestão eficaz de uma crise global desta gravidade.

Importa, por isso, que a ONU deixe de ser marginalizada e assuma de vez um verdadeiro papel de polícia do planeta, orientada para a gestão de desafios globais, que por isso só podem ser adequadamente tratados no plano global, como o ambiente e as alterações climáticas, a transição energética, as pandemias, a cibersegurança, o terrorismo, os conflitos regionais, a sobrepopulação, as crises humanitárias e as migrações. Não podemos mais esperar que as grandes potências, *per se*, respondam a problemas globais com soluções que assentam nos seus interesses puramente nacionais.

- 10) Contribuir para antecipar e mitigar as consequências da pandemia ao nível económico e social** também em regiões e continentes mais expostos a crises humanitárias e conflitos, como a África e o Médio-Oriente.

Tal deve ser realizado, nomeadamente, através da coordenação através das agências relevantes das Nações Unidas, do reforço dos programas de

ajuda ao desenvolvimento e de ação humanitária de países e organizações internacionais, bem como da **externalização da segurança interna** – cooperação técnico-policial, gestão de fronteiras, controlo de fluxos migratórios, combate à criminalidade organizada e ao terrorismo e reforço das missões de manutenção da paz.

Além disso, importa melhorar a capacidade dos nossos países no apoio à diáspora, mormente em países onde temos comunidades muito importantes e onde o apoio sanitário e social das autoridades sanitárias nacionais se revele insuficiente. No caso de Portugal, estima-se que tenhamos uma comunidade de cerca de 5 milhões de nacionais e luso-descendentes espalhados por todos os cantos do mundo, o que representa 50% da população residente em Portugal.

Na área da ajuda humanitária, a cadeia logística desempenha um papel crucial: 60 a 80% dos fundos afetados ao humanitário financiam atividades logística dos doadores, o que demonstra plenamente o lugar estratégico da cadeia de abastecimento em operações de emergência. Numa crise como a atual, em que se verificam ainda problemas sérios de transporte de bens entre regiões e continentes, nomeadamente por escassez de mão-de-obra, de matérias-primas e de contentores, a logística no domínio sanitário e da ajuda humanitária deve ser vista como uma prioridade absoluta a nível mundial.

Recordamos que a União Europeia é o principal doador de ajuda humanitária a nível mundial e também aqui é necessário melhorar a sua capacidade de resposta atempada. Um exemplo marcante foi a criação, durante o primeiro confinamento, da Ponte Aérea Humanitária Europeia (EUHAB), que reforçou a circulação de pessoal e de material humanitário nos países beneficiários, durante a atual pandemia.

Ainda no contexto da chamada “diplomacia da vacina”, que referimos anteriormente, a União Europeia perfila-se, neste momento, como o maior fornecedor de vacinas, nomeadamente no âmbito do mecanismo COVAX²¹, para outros continentes e regiões mais necessitados,. No entanto, muita coisa falhou e temos muitas lições a retirar do processo de fabrico e distribuição de vacinas, apesar dos enormes sucessos dos cientistas na descobertas de vacinas eficazes e da rapidez inaudita dos processos de autorização da sua administração segura. Os países mais desenvolvidos ficaram com o anátema de terem sido demasiado egoístas na distribuição das vacinas. Alguns deles aproximaram-se dos 100% de população vacinada e muitos já iniciaram o processo de vacinação da terceira dose – também chamada dose de reforço – , enquanto outros países e continentes tinham e têm dificuldade em atingir

a barra dos 10%. O continente africano é um triste exemplo, com uma taxa de vacinação que ainda se situa nos 6% neste início de 2022.

Notas finais

Todos aprendemos e continuamos a aprender à custa de todos, que o vírus não conhece continentes, géneros ou etnias. Todos sabemos agora, mais do que nunca, que cada um de nós só estará seguro quando todos estiverem seguros. De pouco servirá que os países desenvolvidos continuem a vacinar massivamente as suas populações e a administrar várias doses, se outras regiões do mundo continuarem a ficar para trás neste processo, pois novas variantes continuarão a circular e a pôr em causa a eficácia das vacinas já administradas. Muito há ainda a fazer neste capítulo, sendo agora mais prioritário que nunca reforçar o apoio aos países e regiões que registam maiores atrasos no processo de vacinação. Esta é, muito provavelmente, a maior lição ética e moral que podemos retirar desta epidemia. Esperemos ter aprendido para futuro.

Este vírus só aparentemente é democrático – no sentido em que pode infetar qualquer pessoa -, pois é patente que a epidemia e as suas consequências económicas de curto a longo prazo afetam em particular as populações e as regiões mais desfavorecidas e excluídas, do ponto de vista socioeconómico e cultural, e as estatísticas nacionais e internacionais aí estão para o comprovar. O esforço das autoridades públicas e da sociedade civil deve concentrar-se no apoio direcionado a esses estratos da população, onde o vírus mais facilmente se propaga, de modo a erradicar mais rapidamente a epidemia e evitar focos de instabilidade social, insegurança e violência.

Este questão traz à colação um dos maiores desafios que temos pela frente e que é uma questão central deste milénio: a igualdade. Basta recordarmos as grandes declarações do atual e do anterior Secretário-Geral das Nações Unidas²². A questão da igualdade é fundamental nas suas diversas vertentes: não só a igualdade de género – o empoderamento (*empowerment*) das mulheres, que é fundamental para o desenvolvimento dos países – como também a questão mais geral da igualdade do outro em relação a nós, do estrangeiro, daquele que é estranho, em relação ao qual nós desconhecemos o que ele é, o que quer, de onde vem, o que é que ele faz ou como se comporta.

Dentro desta palavra igualdade há todo um complexo de variáveis que deverão merecer particular atenção e que têm implicações muito sérias ao nível da segurança e do modo como se faz segurança neste século XXI.

A pandemia, também ela, veio exacerbar este debate sobre a igualdade entre seres humanos, e ainda bem, porque é provavelmente a questão que mais interessa debatermos em conjunto.

Bibliografia recomendada sobre a temática da pandemia, em língua portuguesa:

1) Portugal:

CAMUS, Albert, *A Peste*, Col. Dois Mundos, Livros do Brasil, Lisboa, 2021.

CATROGA, Eduardo, *Desenvolver Portugal - Reflexões em tempo de pandemia*, Bertrand Editora, Lisboa, 2020.

HONIGSBAUM, Mark, *O Século das Pandemias : Uma história de contágios globais, da Gripe Espanhola à Covid-19*, Vogais, Lisboa, 2021.

KENNY, Charles, *A Verdadeira História das Pandemias*, Clube do Autor, Lisboa, 2021.

NEVES, João César das, *As 10 Questões da Pandemia: O efeito económico da catástrofe Covid-19*, Dom Quixote, Lisboa, 2021.

SAMPAIO, Daniel, *Covid 19 – Relato de um Sobrevivente*, Editorial Caminho, Lisboa, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa, *O Futuro Começa Agora. Da Pandemia à Utopia*, Edições 70, Lisboa, 2020.

2) Brasil:

– Livros da **Coleção Pandemia Capital**, da Boitempo Editorial, de 2020, nomeadamente:

AGAMBEN, Giorgio, *Reflexões sobre a peste*.

ANTUNES, Ricardo, *O trabalho sob fogo cruzado*.

SANTOS, Boaventura de Sousa, *A cruel pedagogia do vírus*.

ZIZEK, Slavoj, *Pandemia COVID-19 e a reinvenção do comunismo*.

– Livros da **Coleção 2020: Ensaios sobre a Pandemia**, da Editora Todavia, de 2020, designadamente:

CARVALHO, Laura, *Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado*.

Notas

- ¹ Este artigo desenvolve e atualiza a nossa apresentação feita na 2ª Conferência «Dimensão Externa da Segurança Interna», realizada em linha em 23 de Junho de 2020, numa parceria entre o OBSERVARE-UAL e o ISCPSI-PSP Ver: <https://observare.autonoma.pt/webinar-dimensao-externa-da-seguranca-interna-observare-iscpsi-ppsp/>).
- ² Cf. <http://www.gripenet.pt/pt/sobre-gripe/historia-da-gripe/pandemias/>
- ³ A gripe espanhola, que não teve origem em Espanha, foi de longe a mais mortal da história da Humanidade, provocando entre 50 a 100 milhões de mortes em todo o mundo. Foi provocada por um vírus do subtipo **H1N1**. Em Portugal, ficou conhecida como “pneumónica” e provocou a morte de 2% da população.
- ⁴ As pandemias de 1957 e 1968 provocaram 4 e 2 milhões de mortes, respetivamente. A **gripe asiática** foi provocada por um vírus influenza A do subtipo **H2N2** e a gripe de **Hong Kong** por um vírus do subtipo **H3N2**. Em 1977, foram acidentalmente reintroduzidos vírus do tipo H1N1 na população que, desde então, têm vindo a circular em conjunto com os vírus do tipo H3N2.
- ⁵ Os primeiros foram provocados por novos vírus respiratórios, o vírus influenza AH1N1 que originou a primeira pandemia gripal do século (2009) e o coronavírus SARS-CoV-2 responsável pela atual pandemia covid-19. O primeiro ficou entre nós, endémico, e passou a integrar o lote dos quatro vírus influenza que todos os anos nos fazem adoecer com gripe. Quanto ao segundo, deverá fazer dos microrganismos com que teremos de conviver nos próximos anos (*in*: <https://www.publico.pt/2020/08/15/sociedade/noticia/covid19-sucessivas-criises-sanitarias-seculo-xxi-quatro-cavaleiros-apocalipse-1928180>).
- ⁶ Dados consultados em 14 de janeiro de 2022 em: www.covid19.who.int.
- ⁷ Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos.
- ⁸ Department of Economics and Social Affairs, United Nations: <https://population.un.org/wpp/Download/Standard/Population/>
- ⁹ Cf.: www.PopulationData.net
- ¹⁰ A título de exemplo, os vírus da gripe que nos têm infetado provêm de aves selvagens, que transmitem a infeção aos animais de capoeira (galinhas e porcos, os quais, por sua vez, a transmitem aos seres humanos).
- ¹¹ Cours Séminaire RISM – Relações Internacionais, Segurança e Mundialização, uma parceria entre o Observatório Político e Sciences Po Poitiers, França (<http://college.sciences-po.fr/sitepoitiers/>).
- ¹² SARS: Severe Acute Respiratory Syndrome (Síndrome Respiratória Aguda Grave).
- ¹³ Cf., por exemplo: «Global Trends to 2030 – Challenges and choices for Europe», European Strategy and Policy Analysts System (ESPAS), 2019. Disponível em linha: <https://espas.secure.europarl.europa.eu/orbis/node/1362>.

- ¹⁴ Banco de dados digitais distribuído.
- ¹⁵ Refere-se à interconexão digital de objetos quotidianos com a Internet. É uma rede de objetos físicos (veículos, edifícios e outros dotados de tecnologia embarcada), capaz de reunir e transmitir dados.
- ¹⁶ Cfr.: www.PwC.com.br
- ¹⁷ Em 2017, Berlim comprou um recorde de 53 biliões de metros cúbicos de gás natural russo, cerca de 40% do seu consumo total. O sistema Nord Stream 2 foi projetado para transportar até 55 biliões de metros cúbicos de combustível por ano.
- ¹⁸ O gás natural produz 50% menos dióxido de carbono do que o carvão.
- ¹⁹ No caso português, consultar: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/governo/programas-de-acao-governativa/plano-de-recuperacao-e-resiliencia>.
- ²⁰ Definição de segurança nacional (Victor Ângelo): Capacidade sistémica de proteção dos cidadãos, incluindo os seus direitos e liberdades, bem como a integridade do território, dos nossos interesses vitais, das instituições democráticas e da nossa posição estratégica na comunidade das nações. Compreende os seguintes setores: político e social, económico, militar, cultural, científico e tecnológico, saúde, política externa, ambiente, segurança interna e militar (in: Ângelo, Victor (s.d.), *O Conceito de Segurança Nacional na Europa*, disponível em <http://www.iscpsi.pt>.
- ²¹ Cfr.: <https://www.who.int/initiatives/act-accelerator/covax>.
- ²² Cfr., por exemplo, sobre a igualdade de género, as declarações de António Guterres no Fórum Geração Igualdade, em junho de 2021 : <https://news.un.org/pt/story/2021/06/1755332>.